

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVIII nº 1268 - 28/07/2014 a 03/08/2014

Tiragem desta edição 24.000 exemplares



A REVOLTA DOS AVICULTORES

MST

A Invasão da Araúpel

HISTÓRIA

A Revolta da Vacina

INTERNET

Banda Estreita

Aos Leitores



Duas das mais importantes atividades agropecuárias do Estado foram alvos de estranhos comportamentos, da indústria e do governo, provocando ações da FAEP. Os milhares de avicultores paranaenses que em suas granjas alojam 1,6 bi frangos para abate estão, com justificados motivos, em pé de guerra com a indústria que recebe os bípodes criados pelo sistema de integração.

A explicação está nos longos três anos de andamento no Congresso Nacional em busca de um consenso, capaz de aprovar o Projeto de Lei nº 6.459/2013. A origem desse PL está no Senado, através de iniciativa da senadora gaúcha Ana Amélia (PP), e “dispõe sobre os contratos de integração, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores e dá outras providências”. Quando se obteve um texto que atendia produtores e indústria, esta voltou atrás. Um retrato dessa crise está nesta edição.

Já na suinocultura, o Ministério da Agricultura informou que o relatório do Paraná sobre peste suína que seria examinado na reunião da Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE), em setembro, não poderia ser incluído. Motivo: “exiguidade temporal”, tradução por falta de tempo. Curioso é que os três estados do sul enviaram de forma conjunta seus relatórios, mas só o do Paraná foi brechado. A FAEP pediu a revisão dessa medida ao ministro Neri Geller. É um dos outros temas desta edição.

Índice

Sanidade - OIE	03
Avicultura	04
MST - Araupel	08
AGF	10
História	12
Leite	14
Consultores	16
Armazenagem	19
Embrapa - Nota Técnica	20
Banda estreita	22
Notas	26
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Fotos: Fernando Santos, Divulgação, Arquivo FAEP e Milton Dória

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel | **Diagramação:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Sem Motivos

Mapa não quer enviar relatório do PR à reunião da OIE, que tratará da zona livre de peste suína



Os produtores paranaenses de suínos, a FAEP e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) foram surpreendidos com o comunicado do Departamento de Saúde Animal (DSA) do Ministério da Agricultura e Abastecimento, no último dia 16 de julho, excluindo o Paraná do relatório que será encaminhado à Organização Mundial da Saúde Animal (OIE). Em 19 de setembro próximo, a reunião da OIE tratará do “reconhecimento internacional de área livre de peste suína clássica”.

Causou estranheza o argumento de que não haveria tempo para o Paraná ser incluído no relatório. Segundo o documento assinado por Guilherme H. Figueiredo Marques, diretor do DAS, a exclusão ocorreu devido “a exiguidade temporal para o efetivo cumprimento das ações prévias ao envio do relatório à OIE”. A mesma “exiguidade temporal”, curiosamente, não ocorreu com Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Diante dessa inexplicável decisão, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou ao ministro Neri Geller, da Agricultura, um documento contendo argumentos irrefutáveis que demonstram ter sido a medida do DSA açodada e que provoca sérios prejuízos à cadeia produtiva dos suínos.

Nele, Ágide lembra que há 20 anos o Paraná exporta carne suína com certificação de zona livre de peste suína clássica, emitida pelo Ministério da Agricultura. “Desta forma, é inaceitável que o Paraná, sem nenhuma ocorrência de peste suína clássica, deixe de ter este status sanitário, prejudicando o seu setor produtivo industrial e rural e a própria imagem brasileira perante o mercado internacional”.

Além disso, enumerou esses argumentos que devem ser levados em conta para a revisão da decisão do Departamento de Saúde Animal do Mapa.

- Com a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), em 2011, o Paraná vem reforçando o seu sistema de defesa sanitária animal e vegetal.

- Desde 1998, o Paraná mantém uma rede de Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSAs), integrados por representantes da iniciativa privada e do governo do Estado, para a promoção e articulação das ações sanitárias. São mais de 300 CSAs no Estado.

- Há 20 anos, é mantido um Fundo de Emergência Sanitária, no valor atual de R\$ 52 milhões, em conta do Fundo de Desenvolvimento Agropecuária do Estado do Paraná (Fundeppec), destinado exclusivamente para fazer frente a ocorrências de focos de doenças animais de interesse econômico. O Fundeppec é gerido por entidades da iniciativa privada e controlado pelo Tribunal de Contas do Estado.

- Desde 1994, pela portaria 189/ Mapa, o Paraná é reconhecido, juntamente com Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como zona livre de peste suína clássica. Nestes 20 anos, nada mudou em matéria de circulação viral de peste suína clássica. Os três Estados atuam de forma harmônica nas questões de sanidade animal e as propostas à OIE são feitas de forma conjunta.

- Os três Estados do Sul, em conjunto, representam 70% da produção de suínos do país e mais de 60% das exportações. As empresas industriais de processamento de carne suína, na sua grande maioria, atuam nos três Estados.

Diante desse quadro, o presidente da FAEP solicita ao ministro Neri Geller a revisão da posição adotada pelo órgão de saúde animal do Mapa. A Adapar, da mesma forma, através do seu presidente Inácio Kroetz, encaminhou ofício ao diretor do DAS, pedindo a reconsideração da medida, com argumentos assemelhados aos da FAEP.

Avicultores do Paraná em pé de guerra

Falta de relações claras nos contratos de integração e morosidade na tramitação de um marco legal desagrada produtores, que partem para o ataque

Por André Amorim



No dicionário, a palavra “integração” quer dizer: “Ação ou efeito de integrar. Coordenação das atividades de vários órgãos, com vistas a um funcionamento harmonioso”. Ou seja, trata-se de um processo de reunião e de soma de esforços. Porém, quando salta das páginas do dicionário para as relações entre avicultores e agroindústrias, não há harmonia alguma na integração, tampouco equilíbrio e justiça nas relações entre as partes.

Há entre os avicultores paranaenses uma justificada revolta contra a falta de balizas legais claras que permitam uma atividade justa e viável economicamente. A disputa não é na granja, a rinha está no Congresso Nacional, e parece longe de uma solução pacífica.

No último dia 16 de julho, a revolta dos avicultores foi ca-

nalizada na reunião da Comissão Técnica de Avicultura da FAEP. Na ocasião, representantes de todas as regiões produtoras do Estado colocaram na mesa suas insatisfações sobre as relações de integração e fizeram um alerta: Se não houver avanços legais na relação entre agroindústrias integradoras e avicultores integrados, estes poderão deixar de alojar aves num futuro muito próximo.

No cerne desta insatisfação estão as estratégias das integradoras de postergar a aprovação do Projeto de Lei nº 6.459/2013 que “dispõe sobre os contratos de integração, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores e dá outras providências”.

A matéria já passou pelo Senado da República, através

das mãos da senadora gaúcha Ana Amélia (PP), e foi encaminhada para revisão da Câmara dos Deputados, onde não há previsão de ser apreciada. Para se chegar a um texto de consenso entre integradoras e integrados foram realizadas exaustivas reuniões durante três anos, onde os pontos conflitantes foram debatidos para se chegar a um resultado equilibrado para ambas as partes. Participaram destas reuniões 59 entidades representativas, tanto do lado dos integradores, quanto do lado dos integrados, além de órgãos de pesquisa, universidades e outras instituições. “Ocorre que, na última hora, a indústria voltou atrás e rompeu o acordo”, explicou o assessor técnico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Victor Ayres, que acompanhou de perto estas negociações. Com isso, o texto elaborado conjuntamente entrou num limbo, onde permanece imóvel, para desespero dos avicultores brasileiros.

Na avaliação do presidente da Comissão Técnica de Avicultura da FAEP, Amarildo Brustolin, a indústria não acreditava de fato que o projeto elaborado conjuntamente iria para votação no Legislativo federal. “Quando viram que estava se dirigindo para isso, voltaram atrás e roeram a corda, sem apresentar justificativa e desrespeitando todos os produtores”, disse.

Em essência, a proposta estabelece obrigações e responsabilidades mínimas para cada uma das partes. Institui mecanismos de transparência, cria canais de diálogo e divide os riscos inerentes à atividade – que atualmente ficam por conta dos produtores. O grande problema das relações de integração hoje é que não há uma norma específica no ordenamento jurídico para tratar dos contratos de inte-

gração, uma vez que os setores de aves e suínos foram retirados do artigo 96 do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) e o Código Civil (Lei nº 10.406/02) não trata especificamente dos contratos de integração.

Fruto desse vácuo jurídico, estes contratos geram desencontros, e acabam – via de regra - prejudicando a ponta mais fraca da relação: os avicultores. “São contratos leoninos, que favorecem a indústria em detrimento do produtor”, aponta Brustolin. Segundo ele, falta transparência e segurança jurídica para os avicultores. “Os contratos mostram como o produtor tem que se comportar no sistema produtivo, mas não dá condições para que ele se sustente nessas condições”, critica.

Como exemplo, Brustolin destaca a remuneração dos produtores pelas empresas prevista em contrato, que, segundo ele “só prevê índices que favoreçam às integradoras”, diz. Outro exemplo de desrespeito é a ração fornecida pelas integradoras, cuja composição varia de acordo com a época do ano, prejudicando os produtores. “Você é cobrado por uma média de conversão que, com aquela ração, não consegue ter”, afirma.

Ele também aponta que nos contratos a fórmula de pagamento não fica clara para os produtores. “Muitos não entendem aquela fórmula e gostariam de algo mais transparente”, avalia. Outra crítica se refere às mudanças de estação, quando faz muito frio ou muito calor. Como as aves de granja são animais muito sensíveis, seria necessário haver uma compensação diferente daquela que é cobrada do produtor. “Às vezes você trabalha com dois, três lotes tendo prejuízo até se ajustar”, relata.



Vendedores de esterco

As insatisfações dos avicultores em relação às integradoras abundam. A remuneração pelo alojamento das aves nem sempre compensa o trabalho. “A atividade está rumando para um cenário onde se tornará insustentável”, afirma Brustolin.

Levantamento do consultor da FAEP, Ademir Giroto, sobre os custos de produção e viabilidade econômica da avicultura no Paraná mostra um panorama tenebroso. Dos 40 sistemas de produção pesquisados em nove regiões produtoras do Estado, 30 apresentaram resultados negativos se a receita com a venda da cama de aviário (esterco das aves) não for considerada na conta. Mesmo quando é considerada esta receita, 21 sistemas de produção, ou seja, mais da metade, apresentaram resultados negativos sobre o custo total, e destes, dez são negativos sobre o custo operacional. Ou seja, sem a venda da cama de aviário todos os sistemas analisados amargariam prejuízos econômicos.

A trágica realidade constatada nos números suscitou um comentário lacônico de um produtor presente na reunião. “Aqui só tem vendedor de merda”, disse ele.

Outro depoimento de revolta veio do avicultor e presidente do Sindicato Rural de Santo Antônio da Platina, José Afonso Júnior, que falou da “depressão”, por que passam os avicultores do Estado frente à situação econômica e jurídica imposta pelas agroindústrias integradoras. “Não sabemos a força que nós temos, é preciso fazer um movimento paranaense, precisamos ser respeitados! A indústria quebra contratos! Um técnico vem, manda na minha propriedade, e não me paga!”, vociferou.

Presente na reunião da comissão técnica, o secretário de Agricultura do Paraná, Norberto Ortigara fez coro com os avicultores paranaenses. “Vocês reclamam com razão de relações pouco transparentes. Precisamos definir de uma vez o ato cooperativo e o ato de parceria de integração”, disse.

Na ocasião, os produtores pediram ao secretário apoio

para articular politicamente junto à bancada dos deputados federais paranaenses o encaminhamento e o apoio na aprovação do Projeto de Lei da Integração. Também foi solicitada uma intervenção nos prazos para amortização dos financiamentos dos produtores cujas integradoras não estão remunerando acima do custo total de produção.

Conseaves



Outro pedido feito ao secretário Ortigara durante a reunião refere-se ao auxílio do governo do Estado na articulação da criação do Conseaves no Estado, associação civil que reuniria representantes de todos os elos da cadeia de produção – produtores e indústria - para estabelecimento de preços de referência para remuneração dos avicultores.

A exemplo do que já acontece na cadeia de laticínios com o Conseleite, o Conseaves ajudaria a dar mais transparência às relações de mercado no segmento de aves. Atualmente a criação desta entidade está em negociação, mas passa por dificuldades. Segundo relatos dos participantes da reunião técnica, a empresa BRF vem dificultando as negociações para criação do colegiado.

Contra-ataque

Além de suspender os alojamentos de aves e fazer pressão junto aos deputados federais paranaenses para a aprovação do PL nº 6.459/2013, os avicultores do Paraná insistiram para que seja criada uma “CPI do Frango”, onde seria investigado para onde está indo o resultado financeiro da atividade da avicultura, uma vez que os produtores não veem a cor do dinheiro. Como já existe demanda de outros Estados favoráveis à criação da CPI, ela seria encampada no legislativo federal.

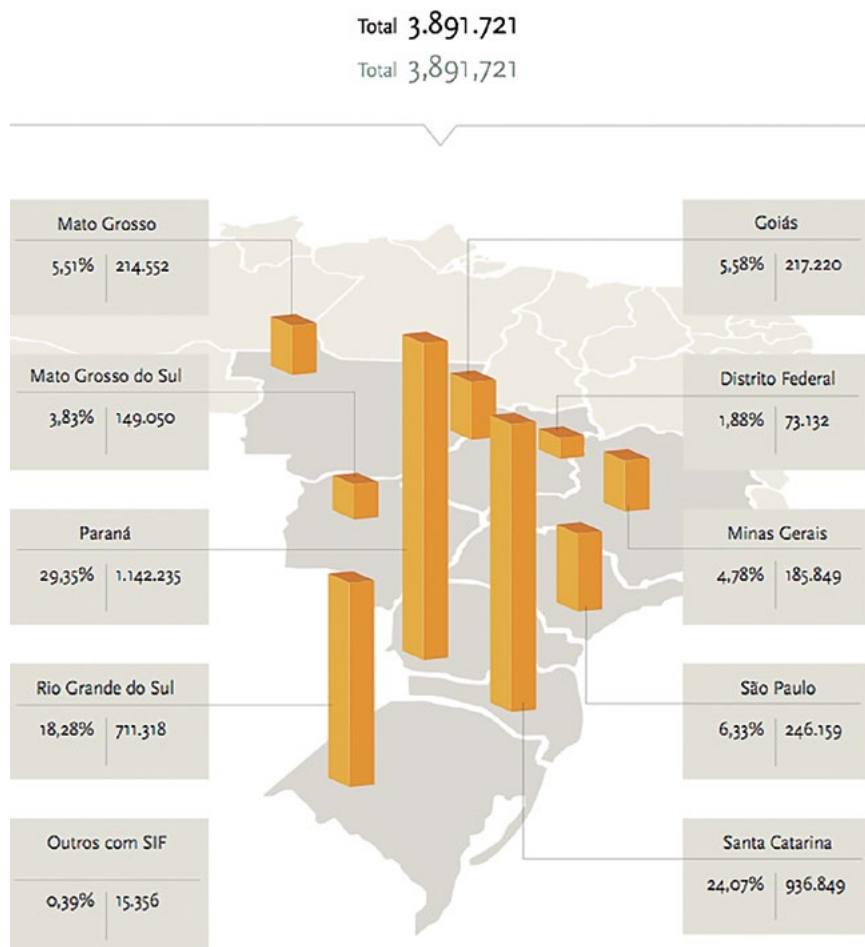


Raio-X da Avicultura

- Em 2013 o Paraná produziu 3.82 milhões de toneladas de frango. O Estado é o principal produtor do país com participação de 31,12% no total nacional.
- São mais de 20 mil aviários no Estado, e uma capacidade para alojar mais de 1,6 bilhão de aves.
- A destinação da produção brasileira é 68,4% para o mercado interno e 31,6% para exportação, sendo Arábia Saudita, China e Japão os principais mercados.

(Fonte: Associação Brasileira de Proteína Animal, Adaptar, Anualpec 2014)

Estados Exportadores de Carne de Frango em 2013 (% e ton)



Fonte: MDIC/Secex - Outros com SIF - encontrado em Associação Brasileira de Proteína Animal

A via-sacra do Projeto de Lei (PL)

Abril/1998

Começa a discussão. Deputado Federal Milton Mendes (PT/SC) apresenta o PL nº 4.378/98 que “Regula as relações jurídicas entre a agroindústria e o produtor rural integrado e dá outras providências”.

Junho/2011

PL nº 330/2011, de autoria da senadora Ana Amélia (PP/RS) é publicado no Diário Oficial do Senado.

Setembro/2013

PL 330/2011 é aprovado no Senado

Outubro/2013

PL nº 330/2011 sai do Senado e segue para a Câmara Federal com emendas, passa a se chamar PL nº 6.459/13.

Junho/2014

Após três anos de negociações de um texto de consenso, integradoras voltam atrás e travam o andamento da matéria.

2014

Diversos deputados federais encaminham requerimentos para que o projeto seja incluído na ordem do dia da Câmara Federal para votação. Até o momento não foi apreciado.

Movimento Fora da Lei

MST invade fazenda da Araupel pela quarta vez



A empresa madeireira Araupel está instalada no Paraná há mais de 40 anos, em Quedas do Iguaçu e já cedeu 51 mil hectares ao MST entre 1996 e 2003, período em que foram assentadas 2,7 mil famílias. A partir da concentração de acampados do MST nas redondezas de sua área há três meses, a preocupação era invasão dos 33 mil hectares das áreas de Reserva Legal e de preservação ambiental, onde são mantidas ações de reflorestamento.

A preocupação virou realidade poucos minutos antes da meia noite do dia 16 de julho, horas depois de uma entrevista radiofônica do senador e candidato ao governo do Estado, Roberto Requião, a uma emissora de Quedas do Iguaçu. Mil famílias, cerca de cinco mil pessoas ligadas ao MST, invadiram áreas de terras da Araupel. Foi a quarta vez que o MST, mantenedor de assentamentos na região, invadiu áreas da madeireira, violando a lei e trazendo inse-

gurança jurídica.

A Caciopar (Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná) emitiu nota lamentando a invasão na Araupel. Para a entidade, a Araupel é uma empresa que há décadas contribui com o desenvolvimento econômico de vários municípios das regiões Oeste e Sudoeste.

“Atitudes como essa, em um país que tanto precisa investir na produção e em avanços sociais e econômicos, não podem mais ser toleradas. A invasão de uma área produtiva, como é o caso específico da Araupel, é uma afronta à Constituição que trata, em um de seus capítulos mais importantes, sobre o direito à propriedade”, afirmou a entidade.

No dia 19, além do interdito proibitório, a Justiça de Laranjeiras do Sul concedeu a reintegração de posse. A juíza Luciana Luchten-

berg Torres Dagostim deu prazo de 24 horas para a desocupação pacífica, ordenou no ofício às forças policiais e estipulou R\$ 20 mil de multa por dia para descumprimento da decisão. O governo do Estado e parlamentares iniciaram negociações para resolver o impasse.

Se mantida a invasão a tendência é a repetição da série de delitos cometidos pelo MST naquela região. Entre 1996 e 2002, por exemplo, nada menos do que 10,6 mil hectares ou 16 mil segundo ambientalistas, da terceira maior floresta nativa do Paraná foram dizimados pelo MST. Foi o maior crime contra a Mata Atlântica nas últimas décadas. Sucederam dezenas de denúncias (e prisões) sobre a venda clandestina de madeira.

No documento “Flora devastada pelo MST”, preparado na época pela socióloga Teresa Cristina Castellano Margarido, do

Museu de História Natural de Curitiba, está resumida a devastação promovida pelos sem-terra, com conivência das autoridades.

“Da área original de 79.494 hectares da Fazenda Rio das Cobras, 26.252 hectares foram desapropriados entre 1997 e 1998 para implantação de assentamentos. Restavam, até então, 53.242 hectares da área total da fazenda, dos quais apenas 50% (23.572 hectares) correspondiam à área anteriormente ocupada pela floresta nativa”. Após a desapropriação ocorreram três novas invasões, entre 1999 e 2000, verificando-se novamente a completa devastação devida ao desmatamento e às queimadas provocadas pelo MST”. A mata de araucária, que em 1996 representava 51,2% da área total, em 1998 passou a ser de 26,3% e, em 2002 representou, somente, 11,9% da área total”.



Cronologia da destruição

17/04/96

Invasão de 3 mil famílias lideradas pelo MST, envolvendo 10 mil pessoas;

05/07/96

Primeiras denúncias ao Ibama e ao IAP sobre a derrubada da floresta nativa e a caça indiscriminada de animais silvestres;

02/08/96

Relatório do Ibama alerta sobre o perigo da degradação ambiental irreversível;

09/08/96

Ibama encaminha relatórios ao INCRA pedindo que cessem o desmatamento e a caça;

16/01/97

Área de 16.852,16 hectares são destinados para a reforma agrária;

05/08/97

Invasão do MST ocupando 10 mil hectares remanescentes;

09/10/97

Novas denúncias de desmatamento. Porém, o Ibama só consegue entrar na área, após autorização do MST;

1999 a 2000

Três novas invasões promovidas pelo MST com completa devastação devida ao desmatamento e às queimadas;

2009

O local continua de posse do MST que não permite pesquisadores, fiscais ou técnicos para colher dados da área;

2014

Militantes do MST invadem área de cerca de 30 mil hectares da Araúpel.

Seab-PR pede AGF para feijão

Medida vem da necessidade de manter equilíbrio no preço do feijão



O secretário da Agricultura do Paraná, Norberto Ortigara, encaminhou na última semana um ofício ao ministro da Agricultura, Neri Geller, apontando a necessidade da realização de Aquisições do Governo Federal (AGF) para manter equilibrado o preço do feijão no Estado.

A medida foi discutida junto à FAEP e a outras entidades representativas do setor agrícola paranaense, que apontaram para um cenário desanimador. Segundo o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura do Paraná (Seab), nas primeiras semanas de julho os preços praticados no Estado para o feijão de cor e o feijão preto estiveram abaixo dos preços mínimos.

Conforme estimativas, a safra que está sendo comercializada atualmente deverá ser 25,8% maior do que a safra anterior. Porém, sem equilíbrio entre oferta e demanda e sem uma política de preços adequada, os produtores serão desestimulados a continuar apostando no feijão, reduzindo a área plantada, o uso de tecnologia, e, conseqüentemente, a produtividade e a qualidade do

grão paranaense.

No início de 2014, o governo do Estado pediu ao ministério a realização de AGF para o feijão. Em maio ocorreu a primeira liberação de recursos, no Paraná foram alocados apenas R\$ 2 milhões, que garantiram a compra de 1,26 mil toneladas, enquanto 95% da safra passada, ou 377 mil toneladas, já haviam sido comercializadas a valores abaixo do preço mínimo, trazendo prejuízo para os produtores de feijão do Estado.

Agora, com a segunda safra, mercado superofertado e cotações em queda, os produtores temem quedas ainda mais intensas nos preços pagos pelo grão. Para reduzir este impacto, o governo do Paraná pede três aportes de recurso para AGF do feijão no Estado: R\$ 25 milhões em julho, R\$ 25 milhões em agosto e R\$ 20 milhões em setembro.

Segundo o ofício encaminhado ao ministério, se não houver aporte de recursos para realização dos AGFs, a produção de feijão do Paraná poderá sofrer um retrocesso.

Apoio à comercialização do trigo e do milho

Seab pede medidas dos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário para agosto



No Paraná, os produtores praticamente já terminaram o plantio do trigo e seguem com trabalhos de colheita do milho safrinha. Segundo dados da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab) 21% da produção da segunda safra de milho já foi colhida, o que deve totalizar 9,9 milhões de toneladas. Para o trigo, as estimativas de produção são positivas, com previsão de quatro milhões de toneladas no Estado, representando cerca 52% da produção nacional para a safra 2014.

Por outro lado, o setor produtivo segue atento, já que o cenário internacional e as condições nacionais já apontam para preços de comercialização abaixo do custo de produção e abaixo do preço mínimo.

No caso do milho safrinha, que a partir de agora terá os trabalhos de colheita, o custo médio de produção estimado pela Companhia Nacional do Abastecimento (Conab) é de R\$ 23,60/saca de 60kg, com preço mínimo de apenas R\$ 17,67/sc-60kg, enquanto que os preços médios recebidos pelos produtores, variam entre R\$18,00 a R\$ 21,00 por saca segundo a Seab-PR, isso indica que

poderá ocorrer dificuldade com a comercialização do produto, caso não sejam adotadas medidas para promover o equilíbrio entre oferta e demanda no mercado interno.

Para o trigo, a situação não é diferente, com preços internacionais em queda, aliado a decisão de isenção da Tarifa Externa Comum (TEC) de 10% para o produto importado de países não integrantes do Mercosul e, com boas perspectivas de produção na América do Sul, em especial na produção brasileira, os preços seguem em baixa, com indicativo que deverão ficar inferiores ao custo de produção e abaixo do preço mínimo.

Os preços médios atuais para o trigo estão variando entre R\$ 38,00 a R\$ 39,00/sc-60kg, segundo a Seab, para um custo de produção de R\$ 39,92/sc-60kg de acordo com os cálculos estimados pela Conab, e preço mínimo de R\$ 33,45/sc-60kg. A colheita tem início em agosto, quando

o cenário de preços para a cultura poderá ser ainda pior, considerando o aumento dos estoques, dado o produto importado.

Com este cenário, e com o apoio da FAEP e da Ocepar, o secretário Norberto Ortigara, da Agricultura, destacou a importância do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (Mapa) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) planejarem para o mês de agosto, e para os meses seguintes, a utilização dos instrumentos de apoio à comercialização da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para milho e trigo.

Ortigara solicitou leilões de Prêmio para Escoamento do Produto (PEP), a partir do mês de agosto, sendo necessário o apoio para 1,5 milhão de toneladas para o trigo e de 2 milhões de toneladas ao milho paranaense. Tais medidas, segundo ele, visam “garantir pelo menos o preço mínimo estabelecido pelo governo e, promover o enxugamento dos excedentes de oferta nas regiões produtoras, em especial no Paraná, primeiro produtor nacional de trigo, com uma produção estimada pela Conab para a safra 2014, em 3,8 milhões de toneladas, ou seja, 50,67% da produção nacional”.

A REVOLTA DA VACINA

A luta de Oswaldo Cruz no combate de doenças no Rio de Janeiro



Em novembro próximo registra-se 110 anos de uma das maiores revoltas urbanas ocorridas no país. Neste mês, em 1904, os 800 mil habitantes do Rio de Janeiro viviam numa cidade tomada por surtos de febre amarela, varíola, peste bubônica, malária, tifo e tuberculose causadas pela falta de higiene da população e ausência de saneamento básico.

Na tentativa de pôr fim a esse triste quadro epidemiológico, o presidente da República, Rodrigues Alves, convocou o médico sanitário Oswaldo Cruz para implantar um ambicioso plano de saneamento e higienização da cidade, que incluía a vacinação obrigatória contra a varíola. Isso revoltou milhares de habitantes que tomaram as ruas da cidade em violentos conflitos com a polícia. As manifestações ficaram conhecidas como a “Revolta da Vacina”.

O projeto de Oswaldo Cruz envolvia controversas medidas de controle da população e de seus hábitos de higiene. Tinha um caráter autoritário e invasivo, adentrando as casas na marra e desrespeitando privacidades, sobretudo dos mais pobres, o que

rebelou a população.

Para o combate ao mosquito da febre amarela, organizou-se uma grande equipe de “mata-mosquitos”, incumbida de perseguir os insetos em todos os cantos do Rio de Janeiro. Com a meta de controlar a peste bubônica, a prefeitura declarou guerra aos ratos na cidade. Chegou a comprar os animais mortos de quem se dispusesse a caçá-los e aproveitadores não demoraram a entrar em ação. Moradores de Niterói, por exemplo, capturavam roedores e iam vender do outro lado da Baía de Guanabara. Esquadrões municipais invadiam cortiços, sobrados e casas de cômodos com a finalidade de exterminar aquela praga urbana.

A vacinação obrigatória de combate à varíola descontentou grande parte da população sem informação sobre os benefícios da medida. A apresentação dos comprovantes de vacinação passou a ser condição para matrículas em escolas, admissões em empresas, oficinas, casamentos, alistamento militar, etc, tornando impossível o exercício de várias atividades sem ele.

“Bota abaixo”

Enquadrar a cidade nos preceitos recomendados pela higiene custaram a remoção de centenas de famílias pobres, transfigurando por completo a paisagem do centro do Rio. Em poucos meses foram derrubados cerca de 600 casas para a abertura da avenida Central (hoje Av. Rio Branco). Essa política ficou popularmente conhecida como “bota abaixo”. A vacinação obrigatória era, portanto, uma entre várias medidas que visavam disciplinar a população mais pobre, erradicando-a das áreas centrais, acusavam os críticos.

Os jornais lançaram uma campanha contra a medida, o congresso protestou, foi organizada a Liga contra a vacinação obrigatória, a Escola Militar da Praia Vermelha se levantou.

A insatisfação popular se transformou em protestos violentos, que se generalizaram, opondo os populares e as forças policiais. As cargas de cavalaria tentavam a todo custo conter a insatisfação dos amotinados em toda a cidade, surgindo vários campos de batalha.

Barricadas eram erguidas na tentativa de conter as investidas da polícia. Muitas ruas tiveram seus calçamentos transformados em munição pelos populares que se escondiam atrás dos bondes e alvejavam como podiam as forças policiais. Em meio ao caos gerado pelos conflitos, as autoridades passaram a efetuar prisões de forma generalizada.

Em 16 de novembro de 1904 a revolta foi sufocada pela polícia. O saldo da agitação que sacudiu as ruas do Rio de Janeiro foi trágico. Cerca de 110 feridos e 30 pessoas mortas. A ação policial resultou na prisão de 945 pessoas, das quais 461 foram deportadas para o Acre.



OSWALDO CRUZ



Uma série de instituições e locais públicos homenageiam em todo o país o cientista, médico, bacteriologista, epidemiologista e sanitarista brasileiro, Oswaldo Cruz (1872-1917). A mais importante, porém, é a Fundação Oswaldo Cruz, respeitado centro de pesquisa científica e tecnológica, no Rio de Janeiro.

As homenagens são merecidas porque esse carioca, formado em medicina aos 20 anos, em 1892, com a tese Veiculação

Microbiana pelas Águas, mostrando seu interesse pela microbiologia, levou-o a montar um pequeno laboratório no porão de sua casa. Quatro anos depois se especializou em Bacteriologia no Instituto Pasteur de Paris, que já na época reunia grandes nomes da ciência.

Em 1903, de volta ao Brasil, Oswaldo Cruz foi nomeado Diretor geral de Saúde Pública, cargo que corresponde atualmente ao de Ministro da Saúde. Utilizando o Instituto Soroterápico Federal como base de apoio técnico-científico, deflagrou campanhas de saneamento.

Ao combater a febre amarela, ele enfrentou vários problemas, porque grande parte dos médicos e da população acreditava que a doença era transmitida pelo contato com as roupas, suor, sangue e secreções de doentes. Oswaldo Cruz acreditava em uma nova teoria: o transmissor da febre amarela era um mosquito e suspendeu as desinfecções, método tradicional no combate à moléstia e ordenou a eliminar focos de insetos.

Em 1907 a febre amarela estava erradicada do Rio de Janeiro. Neste ano também recebeu a medalha de ouro no XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia de Berlim.

Em 1909, deixou a Diretoria Geral de Saúde Pública e passou a dedicar-se exclusivamente ao Instituto Manguinhos que projetara em 1903 e receberia seu nome cinco anos depois. Faleceu em fevereiro de 1917, aos 44 anos, sofrendo de crises de insuficiência renal.

Treinamento Leite Sudoeste

Capacitação diferenciada para aumentar produtividade



Poderia ser apenas mais uma iniciativa de capacitação do SENAR-PR, mas o Treinamento Técnico Leite-Sudoeste tem uma característica diferenciada – o formato de como foi concebido. A definição do conteúdo; a seleção dos instrutores; o período de realização para não interferir a rotina de trabalho desempenhada pelos técnicos e o envolvimento nesse planejamento dos vários órgãos públicos (Emater, Iapar, Adapar e Prefeituras através da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná), do SENAR-PR, dos Sindicatos Rurais de Pato Branco e Francisco Beltrão e da Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH).

O resultado foi a criação de uma capacitação inédita com 96 horas dividida em sete módulos (veja quadro na página seguinte). Estão participando do curso 112 técnicos das prefeituras de 42 municípios. “Uma das definições nesse processo de planejamento foi que o treinamento começaria com os técnicos e teria continuidade na formação dos produtores. Todos alinhados com a mesma tecnologia”, afirma o superintendente do SENAR-PR, Humberto Malucelli Neto.

Essa capacitação faz parte do projeto desenvolvido pela Emater “Fortalecimento da Atividade Leiteira da Região Sudoeste do Paraná” e tem como meta final o aumento da produtividade por animal da região e a consequente melhoria da renda dos produtores de leite.

“A região Sudoeste tem uma posição confortável com 12 litros/dia por animal, se comparada à média do Estado em produção de leite em pequenas propriedades que é de 7,3 litros/dia. Mas queremos com essa capacitação chegar à média de 15 litros/dia”, explica o engenheiro-agrônomo/mestre/doutor na área de pastagens e coordenador estadual de leite na Emater, Hernani Alves da Silva, “o SENAR-PR foi convidado pela expertise na área de capacitação e pelo relacionamento e aceitabilidade que tem com os produtores rurais”.

Atualmente a região Sudoeste tem 28 mil propriedades produtoras de leite. Desse total 12 mil Fornecem para a Frimesa, que já paga ao produtor por qualidade. Outros produtores participam do Programa Leite das Crianças do governo estadual.

“Unidades didáticas serão montadas com equipamentos de irrigação, Fertirrigação e com a assistência técnica diferenciada, o produtor terá apoio técnico para implantar pastagens perenes de qualidade”, Hernani Silva.

De acordo com o Ipardes, o Paraná tem atualmente aproximadamente 118 mil produtores de leite, desse total 50% recebem assistência técnica eficiente principalmente através das cooperativas e indústrias de laticínios. Os outros 50% não tem assistência técnica adequada.

“Esse curso visa atender exatamente esse público, por isso a adequação dos módulos foi fundamental para que a rotina de atendimento dos técnicos aos produtores ao longo do curso não fosse interrompida”, explica o médico-veterinário e técnico do SENAR-PR, Alexandre Lobo Blanco.

Lobo informa também que devido ao alto nível dos instrutores do treinamento está sendo cogitado pelas instituições parceiras de equipará-lo a um curso avançado.

Além da capacitação oferecida pelo SENAR-PR aos técnicos das prefeituras, o Leite Sudoeste prevê também a criação de sete unidades de referência familiar de leite em cada um dos 42 municípios envolvidos nas regiões de Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos. Essas unidades serão utilizadas como modelo de difusão tecnológica e serão visitadas pelos produtores da região.

“Nós sabemos que o produtor precisa ‘ver para crer’. Promovendo visitas e dias de campo os produtores poderão visualizar os resultados, trocar informações e levar para suas propriedades essas tecnologias de forma mais ágil e prática”, explica o coordenador de leite da Emater.

Pelo projeto também estão previstas a transformação de três propriedades em unidades didáticas de irrigação e fertirrigação com assistência técnica. “Nós detectamos que a maior deficiência da região está na nutrição e manejo. Com essas unidades, que serão montadas com equipamentos adquiridos com recursos a fundo perdido e com a assistência técnica diferenciada, o produtor terá apoio técnico para implantar pastagens perenes de qualidade e obter o máximo do potencial da sua área, inclusive com tecnologia que visa o bem-estar animal produzindo de forma integrada sombra e alimento”.

Todos esses conteúdos estão sendo trabalhados no curso oferecido pelo SENAR-PR aos técnicos das prefeituras com o objetivo de ajudá-los no desenvolvimento em uma primeira etapa da Nutrição e Manejo do gado. “Como o Projeto Leite Sudoeste tem um prazo para implantação de três anos pretendemos trabalhar o melhoramento genético na próxima etapa”, finaliza Hernani.

Conheça os módulos do treinamento oferecido pelo SENAR-PR

GESTÃO DA QUALIDADE E COMPOSIÇÃO DO LEITE	8h
EQUIPAMENTOS DE ORDENHA	8h
GESTÃO DA SANIDADE DO REBANHO	16h
GESTÃO DE REBANHOS LEITEIROS Indicadores Zootécnicos	16h
NUTRIÇÃO DE BEZERRAS, NOVILHAS E VACAS	16h
PRODUÇÃO DE VOLUMOSOS	16h
MELHORAMENTO GENÉTICO E BIOTECNOLOGIA	16h



O que vem pela frente

Gradualmente, diante dos números que a economia brasileira vem apresentando, a mídia começa a classificar a proximidade de uma estagflação no país. Que, em resumo, significa, crescimento pífio e grande possibilidade de aumento do desemprego. E o agronegócio nesse panorama? O BI, como ocorreu na semana passada, recorreu a especialistas em busca de luzes no final do túnel.

Luiz Fernando Gutierrez é economista e analista da Safra & Mercados, formado na PUC-RS em 2010, pós-graduado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Finanças e Economia 2013 – 2014. E, Fernando Muraro Jr. é um dos fundadores da AgRural Engenheiro agrônomo formado em 1992 na Universidade Federal do Paraná (UFPR), com pós-graduação em Economia Agrícola na Universidade de Pádua Itália (1994-19-95);

Luiz Fernando Gutierrez Roque

Diretoria de Produção e Consultoria – Safras & Mercado



1 - Quais as perspectivas macroeconômicas para o segundo semestre de 2014?

L. Fernando - Não deve haver muitas novidades em relação ao primeiro semestre do ano. No segundo trimestre, devemos ter uma inflação em alta, mas ainda sendo relativamente “controlada” por alguns instrumentos do governo. A queda do consumo de bens de capital deve continuar, não se restringindo apenas ao setor automobilístico, como aos setores industriais e imobiliário. Devemos

ter um câmbio sustentado frente a instabilidade proveniente das eleições, e juros estáveis ou superiores aos atuais.

2 - Quais suas projeções de área, produção e estoques da safra para a soja e o milho no mundo? E o Brasil?

L. Fernando - Não temos dados consolidados para o Brasil, pois ainda estamos fazendo nosso levantamento de área e produção de soja para o país na safra 2014/15. Mas, creio que podemos falar de uma área em torno de 31,4 milhões de hectares para o Brasil, com uma produção na casa de 92,5 milhões de toneladas. Para o mundo, acreditamos que a área deve girar em torno de 118 milhões de hectares, com produção na casa de 305 milhões de toneladas.

3 - Quais suas projeções para o câmbio durante o segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015?

L. Fernando - No momento, é consenso do mercado de que o câmbio deve se manter desvalorizado até 2015. Até o final de 2014, a tendência é que o câmbio se mantenha acima dos R\$ 2,20, com menor apetite dos investidores estrangeiros aos países emergentes, como o Brasil, frente à recuperação ainda lenta da economia norte-americana e manutenção de certa instabilidade na Zona do Euro, que continua com um sistema bancário e financeiro fragilizados. Para 2015, é possível um câmbio ainda mais desvalorizado, podendo chegar a R\$ 2,40. A indicação do Federal Reserve de um possível aumento na taxa de juros dos EUA em meados de 2015 traz a possibilidade de um retorno de dólares para os EUA e menor oferta de dólares no mercado brasileiro. Tal fator pode pressionar o câmbio.

4 - Qual pode ser a influência do prêmio no porto de Paranaguá?

L. Fernando - O cenário para os prêmios pode ser negativo para o próximo ano. A partir da entrada da safra norte-americana, em outubro deste ano, devemos ter uma queda nas cotações dos prêmios nos portos brasileiros, com a demanda mundial se deslocando para os EUA. O quadro tende a se inverter com a entrada da safra brasileira, a partir de fevereiro de 2015, mas as cotações devem ficar mais baixas que as registradas nas últimas duas safras. A oferta de soja brasileira deverá ser recorde este ano, e com um câmbio desvalorizado o produtor deverá olhar com mais apetite para a exportação do que para o mercado interno, o que naturalmente deve pressionar os prêmios. Entretanto, a China deverá importar um recorde de 73 milhões de toneladas, e boa parte desta demanda será suprida com a soja brasileira, o que pode sustentar um pouco as cotações.

5 - Como está o movimento dos fundos nas commodities agrícolas e como eles podem se comportar?

L. Fernando - Os fundos já estão se posicionando de forma vendida em Chicago, e a tendência é de aumento das posições vendidas nos próximos meses. Isso é natural frente à projeção de supersafras nos EUA e no Brasil, os dois maiores produtores mundiais. Pela primeira vez poderemos ter uma safra mundial de mais de 300 milhões de toneladas, ou seja, haverá muita soja no mercado internacional. Os fundos estão sentindo isso e estão reajustando suas posições.

6 - Diante desse cenário, qual sua projeção, em que patamares, os preços da nova safra brasileira (paranaense) devem ficar num cenário otimista e em outro pessimista?

L. Fernando - Mantendo as projeções e tendências atuais para dólar e CBOT, acreditamos que um cenário pessimista para o interior do Paraná (base Cascavel) traria um preço de R\$ 45,00 por saca de 60kg, com média entre R\$ 50,00 e R\$ 55,00, e chegando a R\$ 60,00 em um cenário otimista. Entretanto, lembramos que as variáveis podem mudar nos próximos meses, principalmente a climática, onde temos que ficar de olho não apenas no clima norte-americano, como também no brasileiro.

8 - Qual a estratégia/política de comercialização que tem sido trabalhada com os produtores?

L. Fernando - O cenário político pode trazer instabilidade principalmente ao câmbio nos próximos meses. A princípio, aparentemente uma não reeleição traria mais tranquilidade ao setor industrial brasileiro, mas isso não é consenso. Parece, também, que externamente o governo Dilma começa a perder credibilidade, refletindo

os problemas fiscais e inflacionários do país. Isso vem atraindo menos capital estrangeiro, seja para investimento direto como para investimento especulativo. Com uma reeleição, a dificuldade para melhorar tal credibilidade tende a ser maior do que se houver a eleição de outro candidato, apesar da instabilidade pela desconfiança externa que qualquer novo governo historicamente sente nos primeiros meses pós-posses.

Fernando Muraro

AG Rural



1 - Qual a extensão dessa crise?

F. Muraro - Eu não vejo como uma crise cambial e sim como uma valorização excessiva da nossa moeda frente à moeda americana nos últimos três anos, o que está matando a nossa indústria. Nos últimos dias tem sido divulgado pela imprensa que o crescimento do PIB no Brasil para esse ano não deve chegar a 1%. Por outro lado, o agronegócio também começa a ter um cenário menos rentável para 2015, especialmente pelo câmbio valorizado.

2 - Quais as perspectivas macroeconômicas para o segundo semestre de 2014?

F. Muraro - Em ano eleitoral há mais folclore em relação à economia do que na situação macroeconômica, tudo fica extrapolado por conta da eleição. Vamos ver como vai se comportar o mundo macroeconômico e como a economia americana vai se comportar, já que há uma perspectiva de que ela cresça mais de 3% esse ano. Eu acredito que o Banco Central Americano comece a retirar ainda

esse ano de forma parcial os incentivos à economia que atualmente estão na ordem de 45 bilhões de dólares ao mês. Na prática isso significa que a taxa de juros no segundo semestre desse ano e no primeiro semestre de 2015 nos Estados Unidos deva aumentar, para evitar que o país entre em um período inflacionário.

3 - Quais suas projeções de área, produção e estoques da safra para a soja e o milho no mundo? E o Brasil?

F. Muraro - No Brasil está previsto um aumento de 1,5 milhão de hectares na área plantada brasileira, subindo de 30 milhões de hectares para 31,5 milhões de hectares. Assim a safra brasileira de soja para 2015 ficaria em torno de 93 a 95 milhões de toneladas contra 86 milhões de toneladas desse ano. Essa redução ocorreu no Brasil por conta da quebra de safra causada por questões climáticas.

Com a recuperação dos estoques nos Estados Unidos a tendência é de uma redução da rentabilidade para o agricultor brasileiro de 30%, diante da excelente cotação atual das commodities. Isso não significa perda, mas sim uma redução da cotação do grão no mercado internacional.

4 - Qual pode ser a influência do prêmio no porto de Paranaguá?

F. Muraro - Em minha opinião, o prêmio é muito pequeno e não tem influência no preço final da soja. O que importa e influencia mesmo o preço da soja é a Bolsa de Chicago e o câmbio.

6 - Como está o movimento dos fundos nas commodities agrícolas e como eles podem se comportar?

F. Murario - Os fundos nesse momento apresentam uma situação 'vendida', uma situação que não se repetia desde 2001. A safra americana não está definida. Eu acredito que a situação não permanecerá assim por muito tempo na Bolsa de Chicago.

8 - Qual a estratégia/política de comercialização que tem sido trabalhada com os produtores?

F. Muraro - Eu aconselho, diante do mercado atual, que os produtores devam comercializar 1/3 da sua safra de forma antecipada. Como a tendência é de que os produtores aumentem a área plantada de soja e diminuam a de milho, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, garantir uma parte da comercialização da safra pode representar uma garantia ao produtor rural.

9 - Estamos entrando num período de turbulências políticas devido às eleições. Tivemos movimentos de gangorra entre pesquisas da presidente-candidata e a Bolsa de Valores. Como a economia pode ser afetada nos próximos meses?

F. Muraro - Essa turbulência na economia com cenário de 2º turno vai nos acompanhar até novembro, quando será conhecido o novo presidente brasileiro. A previsão de um crescimento da economia brasileira de menos de 1% para esse ano abre espaço para uma campanha eleitoral muito pesada. Porque os agentes financeiros estão mostrando que vão querer interferir nessa campanha.

Com o possível vai-e-vem da Bolsa de Valores e do câmbio eu realmente aconselho os produtores rurais a serem cautelosos e aproveitarem as altas do câmbio e comercializarem parte de suas produções, garantindo assim uma rentabilidade melhor.



Não basta plantar tem que armazenar

O curso é um be-a-bá para fazer o armazenamento de grãos com segurança e qualidade



A agricultura brasileira tem safras recordes de grãos, mas enfrenta um problema de logística para armazenagem: a falta de silos. Sem estocagem adequada, há perdas e o produtor não pode esperar para negociar preços melhores. Correndo atrás do prejuízo, o governo federal anunciou no ano passado a liberação de R\$ 3,5 bilhões para a construção de armazéns através do Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) - safra 2013/2014 - e baixou para 3% as taxas de juro (hoje 4%) para incentivar a construção de silos. Diante desse cenário, o SENAR-PR atualizou o curso Armazenista e desenvolveu uma nova cartilha.

Com uma carga-horária de 40 horas, o curso é um be-a-bá para fazer o armazenamento de grãos com segurança e qualidade. “A armazenagem é algo bem complexo porque envolve vários fatores como manutenção de equipamentos, o cálculo de dimensionamento, termometria, aeração, o controle da secagem, entre outros. Com a metodologia atualizada do curso, o produtor rural vai ter melhores subsídios para construir um armazém na propriedade de acordo com a sua necessidade e realidade”, explica Leandro Alegransi, técnico do SENAR-PR.

O conteúdo é dividido por objetivos específicos, sendo que o participante do curso será avaliado em cada um deles, com notas que variam entre 0 e 5. “A metodologia combina a teoria com a prática e é ideal para quem pretende construir um silo na propriedade”, observa Alegransi.

Armazenagem no Brasil, normas regulamentadoras ligadas ao processo de armazenagem de grãos, regras gerais de prevenção de acidentes, fluxograma do processo de armazenagem, recepção, classificação, padronização e moegas, secagem de grãos, beneficiamento, armazenamento de grãos, termometria, aeração, controle dos agentes biológicos, expedição e certificação de unidades armazenadoras, fazem parte do conteúdo. Para quem se interessa pelo curso basta procurar o sindicato rural mais próximo.

Capacitação

Para reforçar essa metodologia, o SENAR-PR promoverá, no período de 28 a 30 de agosto, a capacitação de grupo um de 10 instrutores no Centro de Treinamento Agorpecuário (CTA) de Assis Chateaubriand.

Quanto custa construir um silo?

No ano passado, a FAEP realizou uma pesquisa junto a várias fabricantes de silos de pequeno e médio porte, adequados ao perfil da maioria dos produtores do Estado. De acordo com o estudo, um silo com capacidade para 1.800 sacas custa em torno de R\$ 110 mil, com equipamentos e obras necessárias para a instalação. Para uma capacidade de 3.250 sacas e 5.150 sacas, R\$ 260 mil e R\$ 274 mil, respectivamente.

Alertas da Embrapa sobre a Soja Safrinha

Os problemas de se plantar “soja sobre soja”



Condições favoráveis de mercado, associadas a um amplo portfólio de tecnologias, têm motivado os produtores a investir para aumentar a produtividade e também a expandir a área cultivada com soja.

Tendo em vista as limitações legais para o avanço da cultura em novas áreas bem como os baixos preços e a dificuldade de armazenagem do milho safrinha, tem crescido o interesse dos produtores pelo cultivo da soja na segunda safra (safrinha) principalmente, em sucessão à soja, ao milho e ao feijão comum.

É importante salientar que ainda faltam informações oficiais a respeito da área de cultivo de soja na safrinha e de seu crescimento nos últimos anos

A pesquisa alerta que a soja cultivada na safrinha, especialmente em sequência a outra lavoura de soja (soja sobre soja), apresenta problemas fitossanitários agravados pela maior presença de inóculo de doenças, principalmente de ferrugem asiática e de nematoide de cisto. Mas também podem ser agravadas

as causadas por fungos de solo e por outros nematoides, além do ataque por artrópodes pragas, especialmente percevejos, mosca-branca, heliotinae, como a *Helicoverpa armigera*, ácaros e percevejo castanho.

Ressalta-se que esses problemas tendem a se tornar mais graves também na soja da safra normal. Mesmo considerando as situações em que a soja for cultivada na safrinha sobre outra cultura, sua presença no agro ecossistema será estendida por mais tempo. Insetos pragas de parte aérea que tenham mais afinidade com essa planta passarão a ter uma disponibilidade de alimento mais prolongada, o que favorecerá sua ocorrência e multiplicação.

Além disso, o processo de seleção de insetos resistentes às táticas de controle (inseticidas ou plantas Bts) também será acelerado, pois essas tecnologias de controle serão as mesmas em ambas as safras e, portanto, exercerão pressão de seleção por mais tempo. Vale ressaltar que a intensidade desses efeitos negativos será direta-

mente relacionada ao tamanho da área que a soja vier a ocupar na segunda safra (quanto maior a área ocupada, mais graves e intensos serão esses problemas).

Outra preocupação é com o controle de plantas daninhas e/ou plantas espontâneas da cultura anterior. Adicionalmente, salienta-se que as condições climáticas no período de cultivo da soja safrinha, como por exemplo, precipitações pluviais, temperatura do ar e comprimento do dia, não são as ideais para obtenção de altas produtividades, considerando as cultivares disponíveis no mercado. Ao mesmo tempo, há falta de informações básicas a respeito do manejo da soja durante a safrinha, desde população de plantas e adubação até o controle de pragas e doenças. Todos esses fatores fazem com que a produção de soja na safrinha se constitua em uma atividade de alto risco para o produtor, o que pode inviabilizar não só a soja safrinha, mas a soja da safra também.

Incidência de ferrugem

Em visitas realizadas a diversas lavouras de soja safrinha, nos Estados do Paraná (2012 e 2014) e do Mato Grosso (2014), pesquisadores verificaram a alta incidência da ferrugem, iniciando no período vegetativo da cultura, com a realização de até oito aplicações de fungicidas, sem controle eficiente da doença. A incidência da ferrugem no estágio vegetativo ocorre em função da grande quantidade de esporos do fungo "*Phakopsora pachyrhizi*", multiplicados na safra, que se disseminam para os cultivos de soja safrinha.

Essa situação é semelhante à das lavouras semeadas após cultivos sob pivô central no inverno, na tes da implantação do vazio sanitário. O vazio sanitário foi implementado visando eliminar o hospedeiro durante o período de entressafra e reduzir a incidência da doença no período vegetativo na safra, reduzindo a necessidade de fungicidas nessa fase. Os dados do Consórcio Antiferrugem mostraram que a estratégia deu o resultado esperado, pois já no primeiro ano de implantação, o primeiro foco de ferrugem em Primavera do Leste- MT foi relatado 30 dias mais tarde em relação à safra anterior.

Os fungicidas utilizados no controle da ferrugem pertencem a três grupos químicos, os inibidores de demetilação (DMI), os inibidores de quinona oxidase (QoI) e, a partir de 2013, a nova geração de moléculas inibidoras da succinato desidrogenase (SDHI). Todos esses fungicidas são sítio-específicos e possuem risco de resistência. Populações de *P. pachyrhizi* menos sensíveis aos DMIs foram observadas no campo a partir de 2007. A partir de 2008, somente misturas de DMI e QoI têm sido recomendadas para controle da ferrugem. Os fungicidas QoI, apesar do baixo risco de resistência completa a *P. pachyrhizi*, possuem baixa eficiência de controle quando utilizados sozinhos, sendo recomendados somente em misturas a partir de 2004.

Por sua vez, os fungicidas SDHI apresentam risco com grau médio a alto de resistência e estarão sendo vendidos por diferentes empresas. Esses produtos exercerão grande pressão para resistência apesar de estarem sendo comercializados somente em misturas com fungicidas QoI. A mistura como estratégia anti-resistência só é efetiva quando os princípios ativos usados de forma isolada têm eficiência.



Banda estreita

As dificuldades do acesso à Internet no meio rural



“Queremos internet de alta velocidade para todos os brasileiros, sejam eles do campo ou das cidades, morem em bairros ricos ou nas periferias, cidades grandes ou pequenas”. Dilma Rousseff no programa “Conversa com a Presidenta” em 04 de maio de 2011, uma quarta-feira, ao anunciar o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL).

Os planos do governo para massificar a Internet, incluía oferecer internet em larga escala por R\$ 35,00. “Com esse valor, o Plano levará acesso à internet a 70% da população brasileira”, completou a presidente. Ou seja, “todos os brasileiros” não era exatamente isso. O projeto tinha também como meta reconhecer a banda larga como um serviço essencial, assim como a água, energia elétrica e saneamento básico, “como aconteceu na Finlândia”.

Quem tiver a curiosidade de consultar o site do Ministério das Comunicações (MC) constatará que os 399 municípios paranaenses “tem acesso à banda larga popular a um custo de R\$ 35,00/mês”, informação confirmada pela assessoria de imprensa

do Ministério. O Ministério (MC) considera meta cumprida o contrato assinado entre o órgão e as concessionárias que oferecem o serviço no Estado. “Caso o usuário não consiga o acesso deve procurar a Anatel”.

Em entrevista concedida à TV UOL o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, declarou no início de 2011 que até abril daquele ano, a intenção do governo era ter um pacote básico de internet com velocidade de 500 KB a um custo mensal de R\$ 35,00. Naquele ano (fev/2011), segundo Bernardo “menos de 50% dos usuários tinham um velocidade de acesso menor que 256 KB. Vai dar para chegar até 2014 com déficit zero”.

Esse cenário seria muito melhor se o governo federal utilizasse os R\$ 70 bilhões capturados, (entre 2001 e 2013), de cada usuário de telefonia ou outros serviços de comunicação em suas contas (veja entrevista na pg 25). As opções disponíveis no mercado paranaense de acesso à internet de banda larga na área urbana são: acesso via operadoras de telefonia, via rádio com serviço prestado

por empresas menores (Provedores); via cabo com operadoras de TV à cabo, e, menos utilizada devido ao elevado custo à internet via fibra ótica. Na área rural as opções são: sinal via satélite ou via rádio.

O Paraná é o único Estado brasileiro em que todos os seus municípios possuem fibra ótica de 25 mil quilômetros que transporta sinais da Internet. É a rede da Copel. Mas a infraestrutura com fibra ótica só se justifica se houver demanda. “Na área rural o investimento tecnológico é muito alto e se contrapõe ao pequeno número de usuários em relação às grandes áreas geográficas”, afirma o engenheiro civil e Mestre na área de Informática da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFR), Wilson Bogado.



O cenário no interior

Wilson Baggio revela que as opções básicas para que os usuários que vivem na área rural tenham acesso à internet são:

1) Via satélite – O sinal nesse formato não é bom, geralmente fica em torno de 400 a 500 kbps. Isso porque o sinal não opera em duas vias fazendo o vai-e-vem da informação. Assim ele opera com atraso e apresenta muita instabilidade.

2) Via rádio – Atualmente essa é, na opinião do professor, a opção mais viável, mas existem algumas restrições. O sinal está sujeito à interferência. Outro ponto é que à medida que mais usuários vão

entrando na conexão, a velocidade vai caindo. Para solucionar esse ponto o ideal é que existam várias antenas para propagar o sinal e assegurar a sua qualidade. O BI ouviu usuários do meio rural em alguns municípios do Estado.

Cerro Azul

Município localizado na Região Metropolitana de Curitiba com 16.948 habitantes de acordo com (IBGE/2010). Eduardo de Paula tem sua propriedade a 14 quilômetros do centro da cidade e tenta instalar a internet há alguns anos. Segundo o produtor, atualmente a empresa Oi é a única que atua na cidade e está fazendo instalações na área rural, mas o correto tem que adquirir a antena e pagar uma mensalidade de R\$50,00 por mês para uma velocidade prevista de 1 Mgps. “No meu caso o custo da antena sai em torno de R\$ 400,00, mas ainda não consegui agendar a visita de avaliação na propriedade”, completa.

Para Eudes Cesar de Oliveira Neto, 37 anos, com propriedade a quatro quilômetros do centro a internet também ficou na vontade. Segundo ele, a antena que distribui o sinal na cidade alcança apenas um quilômetro. Se o produtor quiser ele terá que instalar a antena por conta própria. Como a região é montanhosa o custo varia de R\$ 1.800,00 a R\$ 2.000,00 e a mensalidade também é R\$ 50,00.

Pato Branco

Em Pato Branco, Sudoeste paranaense, com uma população estimada de 77.230 habitantes (IBGE/2010), a Internet para todos também ainda não chegou a R\$ 35,00 por mês como anunciou o governo federal. A produtora rural Adriana Antonioli tem uma propriedade de 12 hectares onde produz leite e tem lavoura de grãos, distante 13 quilômetros do centro da cidade. “Consegui Internet em dezembro de 2013, mas pagamos R\$ 350,00 pela antena e uma mensalidade de R\$ 70,00”.

Tamarana

No pequeno município de Tamarana, na região Norte do Estado, 12.647 habitantes (IBGE/2012) a internet para todos também ainda não chegou, apesar do site do Ministério das Comunicações divulgar que o município é atendido pela concessionária Sercomtel. De acordo com o produtor rural Fabio Nakata, 41 anos, sua propriedade fica a 20 quilômetros do centro de Tamarana e possui uma internet “fraquinha”, mesmo com a antena de rádio. “Foi meu funcionário que mora na fazenda que instalou. Uso diariamente a internet, mas uso a da minha casa para acessar a previsão do tempo, o site da cooperativa e acompanhar as cotações”.

Engenheiro Beltrão



Na região Noroeste do Estado, com uma população de 13.920 habitantes (IBGE/2010). A Prefeitura da cidade oferece desde 2010 aos moradores da área urbana e parte da área rural internet gratuita. O sinal chega de fibra ótica via Copel Telecom e é transformado em sinal de rádio distribuído através de antenas. Os critérios são: para pessoa física 1 Mgps e para pessoa jurídica 3 Mgps. Atualmente de acordo com o Departamento de Informática do município cerca de mil usuários usufruem do serviço.

Nas áreas rurais do município que não são atendidas pelo serviço os produtores precisam contratar uma empresa particular. Como é o caso da família Graf. Eles têm uma propriedade a 13 quilômetros do centro e há 10 anos a filha Lilian, 27 anos, tenta instalar internet. “Eu ajudo meu pai na administração da propriedade e também preciso da internet para estudar estou fazendo um curso de graduação à distância”.

A família conseguiu instalar a internet na propriedade, mas o sinal – via telefone - não tem qualidade, é instável e irregular. Por conta disso Lilian se desloca até a cidade para usar a internet para estudar. Mesmo com um serviço insatisfatório, pagam uma mensalidade de R\$ 60,00.

Bom Sucesso do Sul

Em Bom Sucesso do Sul outro município da região Sudoeste, a situação é outra. Com 3.296 habitantes (IBGE/2010) a internet é gratuita, mas graças à Prefeitura. O sinal de 30 Mgps também chega

via Copel Telecom por fibra ótica e é convertida para sinal de rádio por uma empresa particular.

O diretor técnico da Soft Sul, Luiz Carlos Piccinin, explica como foi feito o contrato. “Toda prefeitura tem uma demanda por serviços de Tecnologia da Informação e comunicação interna (escolas, postos de saúde, administração, etc) de qualidade. Fomos contratados pelo município para atender essa demanda e como plus o município converte o sinal excedente à população”.

Como a topografia do município é favorável a cidade tem apenas três antenas, que atendem 100% a área urbana e 60% da área rural, mas segundo Piccinin já há um projeto para ampliação do atendimento na área rural. Cada antena tem alcance de 20 quilômetros. O serviço começou a ser ofertado em 2010 para área urbana e em 2012 foi estendido à área rural.

A empresa mantém ainda esse tipo de contrato com as prefeituras de Marmeleiro, Clevelândia e em implantação em Bela Vista da Caroba e Enéas Marques.

Ele explica que usando a rede de fibra ótica da Copel Telecom, que já possui uma rede de fibra ótica já instalada, o custo do serviço no Paraná sai cerca de 1/3 em comparação ao custo de uma operadora comercial para atendimento corporativo – R\$ 150,00 em média por mega. “Em outros Estados, por exemplo, como o Rio Grande do Sul onde não há essa rede de fibra ótica o custo de contratação de cada mega para os municípios é de R\$ 600,00”.



R\$ 70,2 bilhões para investimentos, mas...

Respeitado como o jornalista que mais se especializou na área da tecnologia da informação e telecomunicações, todas as manhãs, pouco antes das 7 horas, Ethevaldo Siqueira faz novas revelações na Rádio CBN, em cadeia nacional. Segundo ele, “R\$ 70,2 bilhões foram “confiscados” pelo governo federal ao longo dos últimos 13 anos por três fundos setoriais de telecomunicações que teoricamente seriam para investimentos em melhorias nas telecomunicações, inclusive em banda larga para todos. Os Fundos, cujos recursos são capturados em cada conta telefônica ou assemelhada dos brasileiros são os seguintes: Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL); Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST); Fundo de Tecnologia de Telecomunicações (FUNTTEL).

“Não é por falta de recursos, portanto, que o Brasil ainda enfrenta muitas carências nessa área. O Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), lançado em 2008, no final do governo Lula, só tem investido quantias ridículas nessa área, prometendo banda larga com a velocidade de 1 Megabite por segundo, que não é banda larga em nenhum lugar do mundo”, afirma Ethevaldo.

Segundo dados oficiais da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), os valores arrecadados pelos fundos eram destinados, por lei, para investimentos nas áreas de fiscaliza-

ção, universalização e pesquisa tecnológica. Menos de 5% do total efetivamente arrecadado sobre as receitas de telecomunicações, de 2001 até maio de 2014, no valor de R\$ 70,2 bilhões, foram aplicados nas finalidades para as quais foram criados esses fundos. Mais de 95% do que se arrecadou foram “contingenciados” para pagar juros da dívida pública.

“Não seria melhor cortar a “gastança” e combater a corrupção do que confiscar recursos destinados à infraestrutura e à melhoria dos serviços de telecomunicações?”, questiona ele. Siqueira afirma que a carga tributária dos serviços de telecomunicação no país são mais altas do que os impostos pagos com bebidas alcóolicas - cerca de 44%. Segundo ele nos Estados Unidos e Japão a carga tributária para esse fim é de 5% e na Colômbia e Venezuela 20%.

O levantamento da empresa americana de segurança de internet Akamai levantou informações sobre o uso da Internet em todo o mundo, ao longo primeiro semestre de 2014. Apesar de contar com o quinto maior contingente de usuários do planeta, o Brasil segue com uma velocidade média de conexões de internet baixa. Levando em conta somente os dados de banda larga, os mais de 67 milhões de acessos únicos do país são feitos a uma velocidade média de 2,6 megabits por segundo (Mbps), o que rende ao Brasil a 87.^a internet mais rápida do mundo, atrás de países como Equador, México, Colômbia, Cazaquistão e Iraque. Com certeza essa velocidade média detectada pela Akamai suscita dúvidas, ainda mais que usuários urbanos costumam contratar velocidade de 10 mgb, mas a recepção se resume a 10% disso.



As portarias de Zoneamento Agrícola da safra de verão 2014/15



Foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU), no dia 24, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), as portarias de Zoneamento Agrícola de Risco Climático

(ZARC) referentes à safra de verão 2014/2015 para as seguintes culturas: algodão herbáceo, amendoim, arroz irrigado, arroz de sequeiro, feijão 1º safra, feijão caupi, girassol, mamona, milho 1º safra, soja e sorgo granífero.

O objetivo do ZARC é identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo das lavouras. O produtor rural precisa seguir os indicativos do ZARC para enquadrar-se nos programas de seguro e garantia do governo federal. Outro detalhe que o produtor precisa estar atento diz respeito às cultivares indicadas por grupo de maturação, esse indicativo precisa ser seguido pelo produtor para garantir o plantio de uma semente registrada e também o acesso aos programas de garantia em caso de sinistro como o Proagro e o Seguro Agrícola.

O Mapa disponibilizou na sua página web ferramentas desenvolvidas pela Embrapa que auxiliam a visualização e o entendimento das Portarias, o SomaBrasil e o Agritempo. A primeira permite a visualização das Portarias de 20 culturas em formato de mapas, a segunda disponibiliza informações através de tabelas das culturas indicadas e períodos de plantio para cada município e estado. Acesse: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/zoneamento-agricola/mapas-tabelas>

FMI reduz PIB brasileiro



O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu mais uma vez a projeção para o crescimento da economia brasileira, este ano. A previsão para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) agora é 1,3%, ante 1,8% estimado em abril deste ano. Para

2015, a previsão de crescimento é 2%.

A projeção do FMI é menor do que a do governo brasileiro. Na terça-feira (22), o governo informou, no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, que revisou a estimativa de crescimento do PIB, este ano, de 2,5% para 1,8%. Para o FMI, no Brasil, as condições financeiras mais restritas e a contínua fraqueza dos empresários e dos consumidores atrasam os investimentos e amortecem o crescimento do consumo.

O fundo também reviu a previsão de crescimento da economia global de 3,6% para 3,4%. No próximo ano, a economia mundial deve apresentar expansão maior: 4%. Os países emergentes devem crescer 4,6% em 2014 e 5,2% em 2015. A previsão para a China é que o aumento chegue a 7,4%, em 2014, com moderação para 7,1%, no próximo ano.

A economia dos Estados Unidos deve registrar expansão de 1,7%, este ano, um pouco abaixo da previsão para todos os países avançados (1,8%). Em 2015, a previsão para a elevação do PIB americano é 3% e para todas as economias avançadas é 2,4%. (Das Agências)

Feira Sabores do Paraná

Curitiba recebeu mais uma edição da Feira Sabores do Paraná, que reuniu 160 expositores de todas as regiões do Estado e um mixe com cerca de 1.200 produtos. A feira aconteceu no Expo Renault Barigui de 23 a 27 de julho. A novidade esse ano foi à ampliação da Praça de Alimentação, que disponibilizou aos visitantes o serviço de três restaurantes e três quiosques de lanches. A estimativa dos organizadores foi de que a feira recebeu cerca de 2 mil pessoas e comercializou um milhão de reais. Participaram da feira como expositores pequenos produtores que industrializam sua produção agregando valor e renda à sua propriedade. O Sistema FAEP apoiou o evento em conjunto com: Sebrae, Ocepar, Prefeitura de Curitiba e Condor Supermercados. A promoção do evento é do governo do Estado do Paraná.



Valor Bruto da produção

Com base no mês de junho de 2014, o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) situa-se em R\$ 447,7 bilhões, com variação de 3,7% nas lavouras e de 1,1% na pecuária. Esse indicador é calculado a partir das estimativas de safras, da produção agropecuária e dos preços recebidos pelos agricultores em regiões representativas na formação dos preços agropecuários. O valor calculado do VBP representa 65% do valor das lavouras e 35% da pecuária. Os maiores aumentos de valor vêm ocorrendo no algodão, banana, batata inglesa, cacau, café, laranja, pimenta do reino, trigo e maçã. O resultado positivo do algodão ocorre nos preços e quantidades, enquanto que o do café tem seus resultados determinados pelos preços. Os resultados regionais mostram a liderança da região Centro-Oeste, com R\$ 111,6 bilhões. O segundo lugar fica com a região Sul, com R\$ 108,4 bilhões. Em seguida está o Sudeste, com R\$ 108 bilhões, e por último estão as regiões Nordeste e Norte. Fonte: MAPA

Brasileiros trocam de carro a cada 1,7 ano

Os motoristas brasileiros são os que mais trocam de carro, aponta pesquisa feita com cinco dos principais mercados de automóveis no mundo. A informação é de um relatório sobre conectividade nos carros, encomendado pela Telefônica, que entrevistou motoristas do Brasil, da Espanha, dos Estados Unidos, da Alemanha e do Reino Unido. De acordo com a pesquisa, o ciclo de propriedade médio de um veículo de passeio no país é de 1,7 ano por carro. No Reino Unido, por exemplo, esse número chega a 3,5 anos.



ALVORADA DO SUL



Visita

No dia 09 de julho um grupo de 17 produtoras rurais do Sindicato Rural de Alvorada do Sul, fez uma visita ao Sindicato Rural de Ivaiporã e participou de uma reunião com representantes da Câmara da Mulher Rural do Sindicato. No encontro elas conheceram o trabalho de divulgação e representação das mulheres de Ivaiporã junto à comunidade e à sociedade. A visita serviu como base para que o grupo de Alvorada do Sul crie também a sua Câmara da Mulher Rural.

CAMPINA DA LAGOA



Mandioca

O Sindicato Rural de Campina da lagoa realizou o curso de Produção Artesanal de Alimentos - Beneficiamento e Transformação Caseira de Mandioca - básico em mandioca. As aulas aconteceram nos dias 06 e 07 de junho na sede do sindicato com a participação de 15 produtoras rurais e o instrutor foi Sérgio Kazuo Kawakami.

CIANORTE



Tratorista

De 05 a 16 de maio, o Sindicato Rural de Cianorte realizou, em parceria com a Companhia Melhoramento Norte do Paraná de Jussara, o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (Tratorista Agrícola) - tratorista polivalente – avançado. Participaram 12 trabalhadores rurais com o instrutor Mauro Moreira dos Santos. O evento foi realizado na propriedade da usina Melhoramento de Jussara.

TIBAGI



Tratorista

O Sindicato Rural de Tibagi realizou nos dias 13 e 14 de junho o curso de Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores - tratorista agrícola. Participaram 11 trabalhadores rurais com o instrutor José Augusto Odaghinari Olzewski.

CORBÉLIA



Temperos e molhos

O Sindicato Rural de Corbélia, em parceria com o a Universidade Coopavel (UNICOOP), realizou em 27 e 28 de maio, o curso de Produção Artesanal de Alimentos – conservação de frutas e hortaliças - conservas, molhos e temperos. As aulas aconteceram no Distrito de Ouro Verde do Piquiri, no município de Corbélia. O evento contou com a participação de 10 produtoras rurais com a instrutora Edimara Hilda Braun.

CORNÉLIO PROCÓPIO



Agrotóxicos

O Sindicato Rural de Cornélio Procópio ofereceu na sua extensão de base no município de Nova Fátima, nos dias 07, 08 e 09 de julho, o curso Trabalhador Rural na Aplicação de Agrotóxicos - costa manual e tratorizado de barras (NR 31). Participaram 14 trabalhadores rurais da Fazenda Canadá com o instrutor Aeslândio Antônio Figueira.

SERTANÓPOLIS



Primeiros Socorros

O Sindicato Rural de Sertanópolis ofereceu nos dias 15 e 16 de maio o curso Trabalhador na Segurança no Trabalho – primeiros socorros. Participaram 14 trabalhadores rurais com o instrutor Clovis Michelim Biasuz.

RIBEIRÃO DO PINHAL



Manejo integrado

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal ofereceu nos dias 25 e 26 de junho o curso Trabalhador no Cultivo de Grãos e Oleaginosas - trigo - manejo integrado – pragas. Participaram oito produtores e produtoras rurais com o instrutor Eder Paulo Arrabal Arias.

Uma simples foto



Fotografia do Parque Barigui em Curitiba tirada por Fernando Santos

Pau d'água

O bom cachacista militante analisa certos quesitos:

- Cheiro: só de cana-de-açúcar, nunca de álcool. Se os olhos lacrimejarem, a pinga está ácida.
- Aspecto: veja o copo contra a luz, a bebida deve ser transparente e límpida como água.
- Teor alcoólico: por lei, o da cachaça deve estar entre 38% e 48%. Acima disso, é aguardente.

A mais isolada

A ilha de Elliðaey, no Sul da Islândia, no Oceano Atlântico, abriga uma casa considerada a mais isolada do mundo. A área serve de alojamento para caçadores especializados em capturar papagaios-do-mar durante a alta temporada. Há cerca de 300 anos, a ilha chegou a abrigar uma comunidade com cinco famílias, que viviam da criação de gado, da pesca e da caça de aves, que a abandonaram. Na década de 50, a Associação de Caça de Elliðaey montou o alojamento – a “casa de Bjork”, onde a água potável é recolhida a partir da atmosfera, por um sistema de coleta. Não tem energia elétrica nem internet.



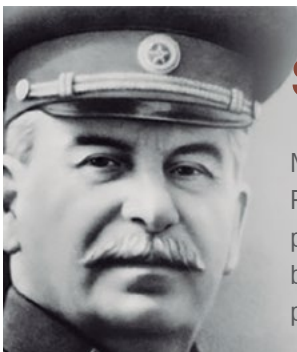
Corraaaa

Os ursos-pardos e os ursos-cinzentos podem ultrapassar os 48 quilômetros por hora, e manter esse ritmo por 400 metros. Acha pouco? Usain Bolt — o homem mais rápido do mundo — mantém uma velocidade máxima de 44,7 quilômetros por hora, mas apenas em 20 metros.



Stalinismo

Na época de Stalin, contar piadas sobre o Partido Comunista ou seus membros rendia pena de 25 anos num gulag (campos de trabalho forçado). Chegar atrasado ao trabalho por quatro vezes dava cana de três anos.





Profundezas

O ponto mais fundo do oceano é a fossa das Ilhas Marianas, localizada no Oceano Pacífico, cerca de 2.500 quilômetros a Leste das Filipinas. É uma espécie de vale submarino e está, na sua parte mais profunda, 11.500 metros abaixo da superfície do mar.



O estrategista

Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (1780 - 1831) foi um militar do Reino da Prússia que ocupou o posto de general e é considerado um grande estrategista militar e teórico da guerra. Ficou conhecida a frase em que ele define a associação entre guerra e política: “A guerra é a continuação da política por outros meios”. A argumentação de Clausewitz comumente é sintetizada na noção de que “o melhor ataque é a defesa”. Menos para o Felipão.

Explosivo

O primeiro secador de cabelos foi inventado pelo francês Alexandre Godefroy, em 1890. Era basicamente uma touca ligada a uma chaminé flexível, acoplada a um fogão a gás, que volta e meia explodia. Como podemos notar, o aparelho evoluiu.



Transfusões

As primeiras transfusões de sangue foram realizadas em animais no século XVII por Richard Lower, em Oxford, no ano de 1665. Dois anos mais tarde, Jean Baptiste Denis, médico de Luis XIV, professor de filosofia e matemática na cidade de Montpellier, através de um tubo de prata, infundiu um copo de sangue de carneiro em Antoine Mauroy, de 34 anos, doente mental que perambulava pelas ruas da cidade. Na terceira transfusão Antoine abotoou o paletó.

Tônica

Água com gás, açúcar e hidrócloro de quinino, um sal. O que diferencia a água tônica dos outros refrigerantes é justamente o sal, que dá aquele gostinho amargo característico da tônica. O quinino é uma das substâncias ministradas no tratamento da malária, o que leva muita gente a acreditar que a tônica pode ser ingerida como remédio. Mas o refrigerante tem 5 miligramas por litro, enquanto no tratamento da malária usa-se 1,5 grama por dia -, e uma composição diferente - em sulfato ou cloridrato, enquanto na tônica é hidrócloro.

Paixão....

Se a pessoa que você ama, treme quando você a abraça;
Se você sente os seus lábios ardentes como brasas;
Se você sente a sua respiração se agitar;
Se você vê nos seus olhos um brilho febril;
Pule fora!!!!!!
Ela tem gripe!!!!!!

OUTRA DO ANALISTA DE BAGÉ

Existem muitas histórias sobre o analista de Bagé, mas não sei se todas são verdadeiras. Seus métodos são certamente pouco ortodoxos, embora ele mesmo se descreva como “freudiano barbaridade”. E parece que dão certo, pois sua clientela aumenta. Foi ele que desenvolveu a terapia do Joelhaço.

Diz que quando recebe um paciente novo no seu consultório a primeira coisa que o analista de Bagé faz é lhe dar um Joelhaço. Em paciente homem, claro, pois em mulher, segundo ele, “só se bate pra descarregar energia”. Depois do Joelhaço o paciente é levado, dobrado ao meio, para o divã coberto com um pelego.

- Te abanca, índio velho, que tá incluído no preço.
- Ai – diz o paciente.
- Toma um mate?
- Na-não... – geme o paciente.
- Respira fundo, tchê. Enche o bucho que passa.
O paciente respira fundo. O analista de Bagé pergunta:
- Agora, qual é o caso?
- É depressão, doutor.
O analista de Bagé tira uma palha de trás da orelha e começa a enrolar um cigarro.
- Tô te ouvindo – diz.
- É uma coisa existencial, entende?
- Continua, no más.
- Começo a pensar, assim, na finitude humana em contraste com o infinito cósmico...
- Mas tu é mais complicado que receita de creme Assis Brasil.
- E então tenho consciência do vazio da existência, da desesperança inerente à condição humana. E isso me angustia.-

Pois vamos dar um jeito nisso agora! – diz o analista de Bagé, com uma baforada.

- O senhor vai curar a minha angústia?
- Não, vou mudar o mundo. Cortar o mal pela mandioca.
- Mudar o mundo?
- Dou uns telefonemas aí e mudo a condição humana.
- Mas... Isso é impossível!
- Ainda bem que tu reconhece, animal!
- Entendi. O senhor quer dizer que é bobagem se angustiar com o inevitável.
- Bobagem é espirrá na farofa. Isso é burrice e da gorda.
- Mas acontece que eu me angustio. Me dá um aperto na garganta...
- Escuta aqui, tchê. Tu te alimenta bem?
- Me alimento.
- Tem casa com galpão?
- Bem... Apartamento.
- Não é veado?
- Não.
- Tá com os carnê em dia?
- Estou.
- Então, ó bagual. Te preocupa com a defesa do Guarani e larga o infinito.
- O Freud não me diria isso.
- O que o Freud diria tu não ia entender mesmo. Ou tu sabe alemão?
- Não.
- Então te fecha. E olha os pés no meu pelego.
- Só sei que estou deprimido e isso é terrível. É pior do que tudo.
Aí o analista de Bagé chega a sua cadeira para perto do divã e pergunta:
- É pior que Joelhaço?

* Luis Fernando Veríssimo



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br